



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1007507-19.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Carlos Roberto Alves de Oliveira**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos tutela, proposta por CARLOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA, representado por sua esposa e curadora, Ana Paula da Silva Oliveira, contra a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO e a FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, sob o fundamento de que tem 54 anos e padece de esclerose lateral amiotrófica (ELA) doença do neurônio motor que causa fraqueza progressiva e irreversível (CID 10 G 12.2), tendo, em razão da moléstia, perdido o controle do próprio corpo, incluindo a maior parte dos músculos responsáveis pela comunicação. Em razão da doença, lhe foi prescrito o uso do equipamento Tobii Comunicador com Eye Control que tem por finalidade possibilitar a sua comunicação, uma vez que perdeu a habilidade de fala e motora. Aduz não ter condições de adquirir referido equipamento e que, embora tenha feito pedido administrativo à Secretária Municipal de Saúde e ao DRS III, até o presente momento não obteve nenhuma resposta. Requer, em sede de antecipação de tutela, o seu fornecimento pelos Entes Públicos requeridos.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 40/41).

O Município de São Carlos apresentou contestação, na qual aduz, preliminarmente, ilegitimidade de parte e necessidade de chamamento ao processo ao Estado. No mérito, aduz que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, cujo rol concentra-se no artigo quinto da Constituição Federal, mas antevista no artigo sexto da Lei Máxima, considerado portanto um direito social, de efetivação programática, como ocorre com o lazer e a previdência social e que as disposições positivadas não podem apartar-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

das possibilidades financeiro-orçamentárias do Estado, sob pena de atentar-se ao, também formalizado no artigo 196, direito ao acesso à saúde de forma universal e igualitária, não existindo para o Poder Público a obrigação de sempre fornecer, sem qualquer critério, todo e qualquer medicamento ou tratamento aos cidadãos. Aduz, ainda, que ao administrador municipal é defeso a assunção de encargos como o objeto da ação, uma vez que precisa pautar-se no que impõe a Constituição Federal em seus artigos 167, inciso II e 195, parágrafo 5.º, bem como pela Lei Complementar n.º 101/2001, mais conhecida com Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser respeitado o princípio da separação dos poderes.

O Estado de São Paulo apresentou contestação, na qual sustenta, preliminarmente, falta de interesse de agir. No mérito, aduz que pretende o autor que prevaleça exegese ampliativa ao artigo 196 da CF, de modo a que referida norma lhe assegure, sob o manto de direito à saúde, o fornecimento de qualquer tipo de equipamnto/tratamento prescrito, padronizado ou não, independentemente da submissão a protocolos técnicos e rotinas de dispensaçãodos mesmos, o que não prospera; que não compete ao Judiciário atuar como administrador para o fim de atender os reclamos da autora, na forma e no tempo por ela estabelecidos, principalmente se a mesma não é, por escolha própria, paciente do Sistema Único de Saúde; que se há de se respeitar, portanto, os critérios adotados pela Administração Pública, evitando-se que o atendimento judicial individualizado aos pacientes comprometa o atendimento coletivo da sociedade e que deve ser respeitado o resultado do julgamento do tema 106 do STJ, sendo necessária perícia e estudo sócioeconômico.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Inicialmente, não há que se falar em carência de ação por ilegitimidade de parte, pois a responsabilidade pela prestação de serviços à saúde à população é solidária, pertencendo às três esferas de governo.

Do mesmo modo, não merece prosperar a alegação de falta de interesse de agir da autora, pois Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV da CF, consagra o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

princípio da inafastabilidade do Judiciário em caso de lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos cidadãos.

Ademais, houve o encaminhamento de ofício aos entes públicos estadual e municipal, conforme se verifica a fls. 43/44 e 45/46, sem êxito.

No mérito, o pedido é procedente.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa dos documentos trazidos auso autos.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, mas que seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Além disso, o autor demonstrou que não possui condições financeiras para arcar com os custos do aparelho, já que a renda familiar advém de sua aposentadoria e do salário de sua filha, totalizando R\$ 4.000,00, sendo que o aparelho custa R\$ 17.000,00 (fls. 38).

Por outro lado, o relatório médico aponta a necessidade do aparelho, pois o autor perdeu a habilidade da fala e motora (fls. 26/33), estando impossibilitado de interagir com a comunidade e solicitar ajuda eficazmente, conforme indica o relatório do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública (fls. 36/37).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para o fornecimento do equipamento pretendido.

As partes requeridas são isentas de custas na forma da lei.

Pela sucumbência, condeno o Município de São Carlos ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo, por equidade em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a parte autors estar assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P I

São Carlos, 26 de setembro de 2018.